

MANIFESTO PELA GARANTIA DE FUTURO PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal convive há décadas com problemas recorrentes de ocupação do território. Apesar de planejada, sua ocupação tem apresentado desafios contínuos. A grilagem de terra e o parcelamento irregular têm substituído políticas adequadas de criação de novos bairros sustentáveis e inclusivos, capazes de atender ao déficit habitacional. Atrelados a essa distorção, surgem problemas graves de mobilidade, impactos socioambientais e um enfraquecimento sistemático da garantia de direitos constitucionais como saúde, educação, saneamento básico, mobilidade e acesso ao meio ambiente equilibrado e à água.

O PDOT poderia ser um instrumento central para corrigir esses rumos, fortalecendo a resiliência ambiental e promovendo inclusão socioeconômica. No entanto, o texto aprovado no dia 25 de novembro decorre de um processo marcado por baixa participação social, falta de articulação entre órgãos governamentais e prazos insuficientes para um debate adequado. Embora parte da população desconheça sua relevância, a nova lei trará reflexos profundos e duradouros para a vida de toda a população no DF.

POUCOS AVANÇOS:

- **Aumento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), de Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) e a criação do Zoneamento Inclusivo** são conquistas que ampliam a possibilidade de políticas de Habitação de Interesse Social, para segmentos de baixa e média renda do DF;
- **Criação do Termo Territorial Coletivo (TTC)**, como instrumento de política urbana que cria possibilidades inovadoras de moradia com propriedade coletiva no DF;
- **Regularização, como rural, de áreas com características rurais, situadas em macrozonas urbanas**; resultante da forte mobilização do setor rural, que se uniu em torno da defesa do direito à opção de compra das terras rurais.

E VARIOS PROBLEMAS:

- 1. ZEE** - A Lei Orgânica (art. 320) exige que o PDOT se adeque ao Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE (lei distrital nº 6.269/2019), o que não ocorreu. O ZEE institui os critérios e riscos ecológicos mais importantes bem como a capacidade suporte ambiental do território, tendo a água como carro chefe da construção da resiliência e sustentabilidade nas próximas décadas. Essa inadequação resultou em omissões e interpretações vagas de conceitos e normas ambientais, produzindo distorções graves e fragilizando a nova lei, como: o avanço urbano em áreas de risco ecológico; regularização fundiária em áreas de recarga, sem limites de impermeabilização; ausência de diretrizes para padrões urbanos resilientes à água;
- 2. ÁGUA** - A questão ambiental e o acesso à água, que deveriam estar na centralidade do debate da revisão do PDOT, foram dos temas mais prejudicados. Em um território que enfrentou uma grave crise hídrica, com racionamento de água potável, há apenas alguns anos, e que depende fortemente de mananciais, que devem se manter durante os longos meses de seca sem aporte de água de chuva, a expectativa era de um uso prudente e qualificado das áreas destinadas à recarga de aquíferos e à ampliação da proteção hídrica.

Das 6 Áreas de Proteção de Mananciais – APM indicadas por Comitês de Bacias Hidrográficas do DF, a SEDUH incluiu, apenas uma (Águas Emendadas) e posteriormente, mais uma (Poço D'Anta), privando o DF de resiliência hídrica de médio a longo prazo. O plano aprovado tampouco considera os riscos ao ciclo da água

MANIFESTO

PELA GARANTIA DE FUTURO

PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

no tocante à sua produção, recarga de aquíferos e riscos de contaminação de água subterrâneas. Não integra as áreas mais críticas ambientalmente indicadas no ZEE, avançando pouco na delimitação de novas áreas de preservação e não fortalece o arcabouço de proteção já existente. Pelo contrário, um dos exemplos mais emblemáticos é o mapa 7 do projeto de lei, que trata do potencial de recuperação ecológica, que não apenas desconsidera o regramento ambiental vigente (decreto distrital nº 39.463/2018), como desautoriza-o, sem bases técnicas e nem anuência dos órgãos ambientais. De fato, na nova lei, o anel de recarga de aquíferos, assim como a importância das Unidades de Conservação, de proteção integral, particularmente o Parque Nacional, são desconsiderados. A lei aprovada também flexibiliza diretrizes ambientais em regiões ambientalmente frágeis, desconsiderando o marco legal ambiental vigente e principalmente, desrespeitando a Constituição do DF (Lei Orgânica do DF);

Todos estes problemas geraram grande apreensão nas instituições de base técnico-científicas e nas organizações ambientais

- 3. GOVERNANÇA** - O Estatuto das Cidades prevê um sistema de governança compartilhada para implementação do PDOT, o Sisplan, que nunca se concretizou. A nova lei, longe de fortalecer essa estrutura, concentra atribuições na SEDUH e deixa de envolver outras secretarias competentes, comprometendo a gestão integrada do território. A ausência de articulação entre os órgãos, desde a elaboração da minuta, resultou em distorções que poderiam ter sido evitadas por meio de uma comissão multidisciplinar e com participação da sociedade civil. Os Conselhos Locais de Planejamento (CLPs), em todas as Regiões Administrativas, deveriam ter sido mais fortalecidos, descentralizando e democratizando a gestão territorial;
- 4. CONDOMÍNIO RURAL** – A criação dos Condomínios Rurais, aprovada sem estudos técnicos e contra pareceres internos, abre brechas para novos parcelamentos em áreas rurais, sem critérios claros, especialmente quanto à impermeabilização do solo e à vocação produtiva. Essa medida aumenta a vulnerabilidade do território à especulação imobiliária, especialmente diante das mudanças climáticas;
- 5. ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA** - O novo PDOT trata a área rural como reserva para expansão urbana insatiable, nenhuma retenção de solo; a necessidade de infraestrutura rural básica; o déficit habitacional concentrado na população de baixa renda. projeções do IBGE, que indicam desaceleração do crescimento populacional; a capacidade de suporte ambiental, por exemplo, de diluição dos novos volumes de esgotos adicionais, advindo dos novos patamares de adensamento urbano;

Estamos no Bioma Cerrado, os rios são de pequena vazão no DF e estamos em tempos de grandes desafios climáticos

- 6. DESAFIOS CLIMÁTICOS** - Precisamos estar preparados para os desafios da adaptação aos extremos climáticos que já são realidade, com chuvas mais concentradas e estiagens prolongadas. É imprescindível adotar normas que promovam adaptação e proteção ambiental. Não podemos mais seguir cometendo erros na esperança de que alguém, algum dia, consiga nos colocar de volta ao caminho de desenvolvimento sustentável, com respeito à natureza e à vida das pessoas, com justiça social e oportunidades para todos.

**MANIFESTO
PELA GARANTIA DE FUTURO
PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

O FUTURO QUE QUEREMOS

O Distrito Federal precisa de um planejamento territorial que olhe para o futuro e vá além da regularização fundiária e diretrizes vagas. O PDOT que precisamos é o de enfrentar as desigualdades socioeconômicas, promover o direito à cidade, ao solo urbano e rural, ao meio ambiente de qualidade, dotar o DF de uma política habitacional robusta e digna, bem como de alternativas de novos empregos e renda que garantam a transição ecológica e a permanência das populações no seu próprio território, sem a necessidade de grandes deslocamentos diários.

Este PDOT não pensa o futuro e nem pensa diferente. Com este PDOT, o DF não chega aonde precisamos. Por isso, nos posicionamos contra as omissões e agressões que a proposta aprovada do Plano Diretor do Ordenamento Territorial do DF representa. E conclamamos os órgãos de fiscalização e garantia dos interesses coletivos da população do DF (Ministério Público do DF e Territórios, Ministério Público de Contas do DF e Tribunal de Contas do DF), a se manifestarem na busca de uma revisão que considere a realidade dos desafios climáticos e que garanta o futuro mais justo para toda população do DF. O futuro começa agora.

Entidades e personalidades que assinam esse Manifesto:

Entidades:

1. 100 Mil Jovens pela Água
2. Academia Planaltinense de Letras Artes e Ciências - APLA
3. ADUnB - Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
4. Agenda 2030 do Lago Norte
5. Aliança Tropical de Pesquisa da Água - TWRA
6. Alternativa Terrazul
7. AMLAC - Associação de Moradores Lindeiros Amigos do Canjerana
8. AMOVING - Associação de Moradores da Vila Nova do Gama
9. AMPMODAS - Associação dos micro e pequenos empresários feiras e bijuteria do Guará
10. Andar a Pé - o Movimento da gente
11. ANDI - Comunicação e Direitos
12. ASMIG - Associação de Moradores e Inquilinos do Guará
13. ASPROESTE - Associação de Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste
14. Associação Amigos das Veredas - AMIVER
15. Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas - ABAP DF
16. Associação Colina Dom Bosco assina
17. Associação de Engenheiros Florestais do DF
18. Associação de moradores da SHIS 26
19. Associação de moradores e produtores do Córrego Crispim

**MANIFESTO
PELA GARANTIA DE FUTURO
PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

20. Associação de Voluntários Patrulha Ecológica
21. Associação dos Amigos das Florestas
22. Associação dos Chacareiros do Córrego Urubu - AnRU
23. Associação dos Criadores e Produtores de Sobradinho DF- ACPS
24. Associação dos Engenheiros Ambientais e Sanitaristas do Distrito Federal
25. Associação dos moradores da Cana do Reino
26. Associação dos Moradores do Núcleo Rural Desembargador Colombo Cerqueira
27. Associação dos Produtores Rurais e de Moradores do CAUB 1
28. Associação Movimento Caminhos do Planalto Central
29. Associação Mulheres das Águas de Sobradinho - AMAS
30. Associação Rede de Preservação e Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá - Preserva Serrinha
31. Bosque Trevo da Amizade
32. Brasília para Pessoas - BPP
33. Brigada Voluntária Canela de Ema
34. CBH Afluentes do Rio Maranhão no DF - CBH Maranhão-DF
35. CBH Afluentes do Rio Paranaíba no DF
36. CBH Afluentes do Rio Preto no DF
37. CCAS - Conselho Comunitário da Asa Sul
38. Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade - CIRAT
39. Coletivo Ambiental da Granja do Torto
40. Coletivo Panã Arquitetura Social
41. Comdema Lago Norte
42. Comdema Plano Piloto
43. Conselho Comunitário da Asa Norte
44. Conselho Comunitário do Lago Sul - CCLS
45. Conselho Rural de Desenvolvimento Sustentável do Lago Norte
46. FMHDF - Federação das Mulheres da Habitação do Distrito Federal e Entorno
47. Fórum de Defesa das Águas, do Clima e Meio Ambiente do DF
48. Fórum de ONGs Ambientalistas do DF
49. Fundação Pró-Natureza - FUNATURA
50. GAE - Guardiões de Águas Emendadas
51. Grupo de Caminhadas Brasília
52. Guardiões do Canela de Ema

**MANIFESTO
PELA GARANTIA DE FUTURO
PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

53. IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil
54. Instituto ALOK
55. Instituto Filhas da Terra
56. Instituto Ilumina: Cultura, Ecologia e Educação
57. Instituto Internacional ARAYARA
58. Instituto Oca do Sol
59. MAR - Movimento Altiplano Rural
60. Mopocem - Movimento Popular Por uma Ceilândia Melhor
61. Movimento de Defesa do Parque das Garças
62. Movimento Kizomba
63. Movimento Salve ARIE JK
64. Movimento Salve o Rio Melchior
65. MTD Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
66. Núcleo Centro-Oeste da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco)
67. Observatório das Metrópoles - Núcleo Brasília
68. PEQUI - Pesquisa e Conservação do Cerrado
69. Prefeitura Comunitária da Península Norte
70. Programa de Pós-graduação em Ecologia - UnB
71. REDA - Rede Ecumênica da Água
72. Rodas da Paz
73. UNIPAZ - Universidade Internacional da Paz
74. Urbanistas por Brasília - UpBsB
75. URI - Iniciativa das Religiões Unidas

Personalidades:

1. Adauto Santos do Espírito Santo, Diretor da Abes/DF e membro do Ondas.
2. Alba Evangelista Ramos, Aliança Tropical de Pesquisa da Água e Presidenta do CBH Paranaíba- DF
3. André Tavares, Arquiteto urbanista e membro do CGP/PDOT
4. Andrés Rodríguez Ibarra, Sociólogo e doutor em Ética e Filosofia Política - USP
5. Angelina Nardelli Quaglia, Arquiteta urbanista paisagista
6. Antônio Matoso Filho, Prefeito da Prefeitura Comunitária do Lago Norte e membro da Comdema Lago Norte

**MANIFESTO
PELA GARANTIA DE FUTURO
PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

7. Antonio Menezes Júnior, Arquiteto
8. Arlete Sampaio, ex-Vice Governadora, e ex-Deputada distrital
9. Benny Schvarsberg, Professor titular e pesquisador FAU/UnB
10. Betulia de Moraes Souto, Bióloga, Coordenação da Preserva Serrinha e do Fórum de Defesa das Águas, do Clima e do Meio Ambiente do DF
11. Claudia Farinha, Advogada, assentada da reforma agrária, agrofloresteira, associada da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
12. Doralvino Sena, Presidente da Comdema Lago Norte
13. Fábio Félix, Deputado Distrital
14. Gabriel Magno, Deputado Distrital
15. Geraldo Magela, ex-Deputado Federal
16. Guilherme Jagaru, Membro honorário do CGP e coordenador geral do Fórum de Defesa das Águas do Clima e do Meio Ambiente do DF.
17. Henrique Llacer Roig, Instituto de Geociências, UnB
18. José Francisco Gonçalves Junior, Professor da UnB e presidente do TWRA
19. Keka Bagno, Coordenação CDDHLP CLDF
20. Leandro Grass, Ex-deputado distrital, professor e sociólogo
21. Lúcia Mendes, Liderança comunitária, membro da Comdema Lago Norte, CBH do Paranaíba DF, presidente da Preserva Serrinha.
22. Ludmila de Araujo Correia, Arquiteta e Urbanista, Doutora em Projeto e Planejamento Urbano e Regional pela FAU/UnB
23. Magda Sifuentes, Arquiteta urbanista e economista, colaboradora do ANDAR A PÉ, prefeita comunitária da SQN 407
24. Marcelo Benini, Presidente do CBH do Maranhão/DF
25. Márcia Abrahão, Professora e Reitora da UnB de 2016 a 2024
26. Marcos Santarosa, Liderança comunitária do Lago Oeste e membro do CGP/PDOT
27. Maria Luiza Pinho Pereira, Professora da Faculdade de Educação da UnB, coordenadora do Vida&Água para as ARIS.
28. Maria-Silvia Rossi, Coordenadora geral do ZEE-DF e ambientalista
29. Marta Romero, Professora Emérita da UnB
30. Max Maciel, Deputado Distrital
31. Mônica Carvalho, Jornalista de Economia e ativista de consumo sustentável e suficiente
32. Pedro Ivo Batista, Presidente da Alternativa Terrazul, Membro do Conama e do Conselho Nacional dos ODS e Porta Voz da Rede DF

**MANIFESTO
PELA GARANTIA DE FUTURO
PARA A POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL**

33. Perci Coelho de Souza, Professor da UnB e Coordenação Executiva do Projeto Vida & Água para ARIS da UnB.
34. Profa Liza Andrade, FAU, UnB
35. Profa Mercedes Bustamante, professora e pesquisadora ,UnB
36. Profa Maria Jose dos Santos Rossi, Professora aposentada da UnB, ex Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem ABEn
37. Rayanne Fontenele, Conselheira Tutelar do Lago Norte
38. Regina Fittipaldi, Arquiteta e Urbanista
39. Renato de Mendonça Lopes, Banco Central do Brasil
40. Ricardo Tezini Minoti, UnB/ Faculdade de Tecnologia
41. Romina Capparelli, Arquiteta e urbanista
42. Sergio Koide, Professor , UnB
43. Tainha, Grafiteira e multiartista
44. Vicente Bernardi, Professor e pesquisador da UnB Planaltina